

História, expansão e cronologia das comarcas de Minas Gerais

*Andréa Vanêssa da Costa Val*¹
Arquiteta e urbanista

*Josiane Gabrielle Gonçalves de Freitas*²
Graduada em História

Resumo: o objetivo do presente estudo é apresentar aos leitores um panorama organizado e cronológico da formação e expansão das comarcas do estado de Minas Gerais desde o seu passado colonial até o século XXI.

Obviamente, não se pretende apresentar ensaio historiográfico algum e muito menos esgotar o assunto. A ideia foi levantar dados históricos, sociais e geográficos a partir das legislações, estudos e mapas cartográficos que tratavam da criação e do desenvolvimento dessas Comarcas, a fim de auxiliar todos aqueles que investigam o processo de construção da História do Judiciário Mineiro, intrinsecamente ligado à expansão territorial das Minas Gerais.

Breve histórico sobre a formação de Minas Gerais

*Não se chega às províncias do Império sem se passar pelas Capitânias.*³

A formação territorial de Minas Gerais remonta à última década do século XVII. O argumento para sua origem está baseado na exploração da abundante riqueza mineral do Sertão dos Cataguases⁴. Este foi subdividido em três regiões circunscritas às suas respectivas bacias hidrográficas: a do Rio Doce, a do São Francisco e a do Rio Grande, inicialmente, que influenciaram, de maneira muito acelerada, seu crescimento demográfico e, conseqüentemente, sua composição urbana. A descoberta do ouro nas terras mineiras desencadeou, portanto, uma maior atenção por parte da Coroa quanto ao mapeamento de suas terras.

[...] sertão dos Cataguases, nome que nos primeiros anos tiveram, chamadas Minas Gerais pela extensão das que depois lhes foram

¹ Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora e Responsável Técnica da Memória do Judiciário Mineiro.

² Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

³ RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: a Província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

⁴ Segundo Lília Schwarcz, Cataguás era termo que designava um povo indígena que habitava a região sul, oeste e central do território atual de Minas Gerais. Foram os primeiros a enfrentar os colonizadores na região. Para Diogo de Vasconcelos, os Cataguases eram as terras do sertão norte de São Paulo para além da Serra da Mantiqueira.

descobrimo, a que também pelo tempo adiante se lhes foi acomodando o nome do sítio do seu descobrimento. (FONSECA, 2011, p. 48)

O topônimo “Minas Gerais” deriva das gemas preciosas que minavam nos fundos dos leitos dos rios. Outras interpretações sugerem que o termo “geraes” está ligado à idéia de uma visão de grandes extensões de terras contínuas, que se apresentam, de certa maneira, uniformes em sua formação geológica e sua vegetação. O fato é que o termo “Minas Gerais” já aparece adotado em registros cartográficos datados entre 1690 e 1710, referenciando a localidade que foi por alguns anos o sonho Eldorado⁵ de Portugal. Aliás, nomes não faltaram para designar a região como “caminho para as minas”, “assistente nas minas”, “morador nas minas”, “campos geraes”, “matos geraes”, entre outros.

O traçado que delimita hoje a região mineira teve seu primeiro esboço a partir dos núcleos de povoamento fundados pelos bandeirantes⁶, assentamentos estruturadores da primitiva rede urbana da capitania. Inicialmente, esses núcleos situavam-se junto à área de mineração polarizada por Vila Rica (atual Ouro Preto) e o arraial de Ribeirão do Carmo (atual Mariana), no vale do Rio das Velhas, expandindo-se, logo em seguida, para a bacia do Rio Doce. Tanto a bacia do Rio das Velhas quanto a do Rio Doce são redes hidrográficas essenciais para o sucesso da empreitada exploratória. Ratificam-se aqui dois elementos geográficos indispensáveis para a compreensão do processo de povoamento, a saber, os caminhos e os rios. À medida em que as expedições auríferas se interiorizavam, outros pequenos núcleos populacionais se formavam, em uma espécie de marcha de ocupação do território.

Observa-se, como exemplo, o avanço pelas terras da Serra do Espinhaço, a grande cadeia montanhosa onde encontrava-se o chamado “ouro branco” - um tipo específico de ouro de cor esbranquiçada - e que constituía um grande divisor de águas entre as bacias do Rio Doce e Jequitinhonha, na parte leste, e a bacia do São Francisco, na parte oeste.

[...] os aventureiros começavam pelos depósitos dos leitos e tabuleiros dos rios. [...] catas dos rios e depois perto das montanhas [...]. Mineradores não hesitavam em abandonar serviços de mineração ainda produtivos para se instalar junto a córregos e ribeirões que lhes pareciam mais promissores. (FONSECA, 2011, p. 64-65)

Portanto, é na centralidade da mineração que se tem o estímulo das diferenciações administrativas, eclesiásticas, sociais, políticas e jurídicas na região das Minas. É ao redor do ouro que orbitam as diretrizes oficiais da Coroa portuguesa, o adensamento populacional cada vez mais crescente, a diversificação das atividades econômicas, a abertura de caminhos⁷ internos e externos à Capitania e, a partir desse processo complexo, as transformações dos espaços geográficos da região.

⁵ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas D’el Rei: espaço e poder nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 58.

⁶ Os bandeirantes organizavam expedições de apresamento de indígenas e percorriam longos caminhos nesta empreitada. Se deslocavam pelo interior desconhecido, atravessando, inclusive, os sertões que seriam, um dia, as terras mineiras. Foi esse processo que culminou no achamento de metais preciosos por esses habitantes da vila de São Paulo do Piratininga.

⁷ Neste período destacam-se três Caminhos: o Caminho Novo, principal via entre Minas e o Rio de Janeiro; o Caminho Velho, muito utilizado pelos viajantes que transitavam entre São Paulo e o Rio de Janeiro; e o Caminho do Sertão, também chamado de Picada da Bahia, que alcançava as regiões de Salvador e Pernambuco.

Necessário se faz explicitar a importância da produção cartográfica sobre os territórios mineiros nos tempos da colônia, que, de certa forma, “nor-teou” nosso entendimento do processo de apropriação desse território e a lenta expansão dos seus povoamentos em direção às fronteiras da capitania, além de possibilitar, também, a compreensão da existência de linhas de força propulsoras para a ocupação desse espaço. Seguindo ainda uma corrente de pensamento de vários autores, é possível identificar dois fluxos de migração que fizeram parte da ocupação territorial mineira: um centrípeto, proveniente da metrópole e de outras capitanias em direção ao ouro, e outro fluxo, centrífugo, de direção radial das minerações para o interior da capitania. Certo é que as regiões não auríferas foram ocupadas de forma muito mais lenta.⁸

Essas primeiras povoações, ainda sem intervenções profundas da Coroa portuguesa, passam a se organizar em arraiais, erigindo uma capela como marco central daquele meio social. Observa-se, com isso, que o exercício do poder eclesiástico caminhou de maneira imbricada com as ordenações administrativas do Reino exercendo, também, forte influência na configuração espacial das Minas.

O processo de urbanização em Minas Gerais, que se inicia efetivamente com a fundação das vilas, pressupõe a convivência de dois tipos de espaço, o político e o religioso, bem como as trocas simbólicas que se processaram entre ambos. (MATA, 2006)

Ressalta-se que a Coroa Portuguesa implantou, em suas possessões d’além mar, um modelo de organização político-administrativo influenciado por sua prática na Metrópole, embora adaptado à realidade de suas colônias. Assim, por aqui “as Capitanias dividiam-se em Comarcas, que se dividiam em Termos, sediados nas vilas ou cidades. Os Termos eram divididos em Freguesia ou Paróquia, instâncias eclesiásticas que também serviam à administração civil”⁹.

Esse projeto metropolitano visava, portanto, organizar de maneira mais efetiva a aplicação da justiça e, por conseguinte, a cobrança de tributos. As Comarcas assumiram, então, o posto de maiores circunscrições civis da Capitania, sob a jurisdição de um Ouvidor. Esse cargo era provido diretamente pelo rei e exercia a função da Justiça de Segunda Instância em suas localidades. Apesar de relacionadas oficialmente a uma organização judiciária, elas se traduziram como um “norte” territorial administrativo, até mesmo para as autoridades máximas das Capitanias, os Governadores.

Dito isso, a região recém ocupada figurava na estrutura administrativa metropolitana, a partir de 1709, como pertencente à Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. A Metrópole também investiu na divisão da zona mineradora em três Comarcas, além de elevar arraiais à categoria de Vilas.

⁸ De forma associada ao discurso historiográfico, a cartografia se mostrou um instrumento extremamente válido para a compreensão do processo de conquista do espaço natural a partir da implantação de uma série de assentamentos humanos característicos, embriões de futuros centros urbanos. Ela também possibilitou visualizar as linhas de força que impulsionaram a ocupação do território, explicitando o modo como os novos assentamentos humanos se articularam aos demais núcleos urbanos mineiros.

⁹ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1996.

Por vias oficiais, a delimitação do território mineiro ganha reforço quando da criação, entre 1709 e 1711¹⁰, das três primeiras vilas: Vila de Albuquerque ou Ribeirão do Carmo (atual Mariana), Vila Rica (atual Ouro Preto), Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará (atual Sabará).

Em se tratando especificamente das Comarcas Mineiras, termo que nos interessa, é também no ano de 1709 que se observa a intenção de divisão da região em três Comarcas. Naquele ano, documentos oficiais anunciam a nomeação de três ouvidores para os distritos mineradores¹¹. É aqui, também, que entramos em um importante debate historiográfico, já que não se tem, até o momento, o ato de criação oficial das três primeiras ouvidorias. Portanto, acompanhando a ideia defendida pela historiadora Adriana Romeiro, podemos afirmar que, a partir de ação do Conselho Ultramarino, formulava-se a intenção de criação das três primeiras Comarcas.

Uma outra observação interessante é que não se tem registros da chegada de tais ouvidores antes do ano de 1711. E é este marco cronológico, apresentado na obra de Theophilo Feu de Carvalho e adotado também por esta cronologia, que demarca o início do surgimento das três primeiras Comarcas Mineiras: Vila Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes.

As três Comarcas derivaram dos três principais distritos mineradores e tal escolha se deu de maneira consciente. Elas correspondiam, essencialmente, às três grandes bacias hidrográficas da região mineira, cada uma pertencente ao que se caracterizava como uma sub-região do território mineiro: a Comarca de Vila Rica, que se ligava à bacia do Rio Doce, onde os achados do ouro se deram de maneira muito abundante e sua sub-região circundava seu entorno sem a atividade aurífera, mas dedicada à produção agropecuária e manufatureira; a comarca do Rio das Velhas, ligada à bacia do São Francisco, a mais extensa delas no Setecentos e, também, a mais povoada. Sua sub-região estendia-se ao longo do rio chegando à região da Bahia, aproximando-se do Nordeste da Colônia; e a Comarca do Rio das Mortes, cuja sub-região estava ligada à bacia do Rio Grande e Paraná, se destacou pela atividade econômica agropecuária e pelas rotas de ligação com outros territórios principalmente ao sul da Colônia.

Em 1720, a Capitania de Minas era separada da de São Paulo e a comarca do Rio das Velhas, desmembrada, em sua área leste, do rio São Francisco, deu origem à Comarca do Serro do Frio. A circunscrição do Serro, plantada entre o maciço da Serra do Espinhaço, foi ocupada devido ao achamento de diamantes e outros metais na região e, também, ao desenvolvimento da agropecuária. Inicialmente dividida em três grandes comarcas, o cenário se reconfigura e, a partir daí, a tradução cartográfica de Minas Gerais, com suas demarcações, passa a ser representada por quatro comarcas. Conveniente demarcar os territórios de maior expressão nesse momento, dentro das quatro comarcas:

O primeiro, majoritariamente ocupado por floresta, situado ao sul da Capitania, era conhecido como Zona da Mata. Dividia-se territorialmente entre as Comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes, estabelecendo fronteira com a Capitania do Rio de Janeiro. Apresentava ainda lento processo de penetração e os novos assentamentos dessa região seguiam o seu desbravamento.

¹⁰ Segundo a legislação do período em 1709, o Conselho Ultramarino ordenou a criação das três primeiras vilas, que foram elevadas oficialmente em 1711.

¹¹ Segundo a obra *Comarcas de Minas*, no documento datado em 29 de novembro de 1709, presente no Livro de Registro de decretos do Conselho Ultramarino (1702-1740), consta ato de nomeação de três ouvidores para os distritos mineiros: João de Moraes Sarmiento (Rio das Velhas), Manuel Évora Heitor (Rio das Mortes) e Manuel da Costa Amorim (Ouro Preto).

Sua expansão, lá pelos idos de 1770, se deu inicialmente ao longo do vale do Rio Doce (Ribeirão do Carmo) até alcançar o Rio Ipiranga, ou seja, partia da região mineradora central e adentrava-se pelos espaços de fronteira. Assim, ia promovendo e expandindo as atividades agrícolas e pastoris e, também, proporcionando um crescimento demográfico. Outra frente de ocupação seguiu o Caminho Novo e se pontuou de forma mais concentrada e mercantilizada. Tal Caminho, conhecido por ser uma das vias de comércio mais importantes das Minas naquele momento, consolidou novos núcleos de povoamento ao longo de seu traçado, evidenciando sua força como rota comercial e eixo de penetração. Essa estrada atravessava a porção sul do território das Minas (Zona da Mata), por onde era escoado o ouro para o porto da cidade do Rio de Janeiro.

Recebeu, paulatinamente, maior importância como rota, pois, além de ser uma nova alternativa, era menos longa e menos perigosa do que o trajeto do Caminho Velho, que pressupunha a transposição da difícil e enorme Serra da Mantiqueira. Quanto ao desbravamento das matas do leste, este só ocorreu nos últimos anos do Setecentos.

A segunda região, localizada na parte sul da Capitania, no território da Comarca do Rio das Mortes, apresentava uma situação urbana bem diferenciada na sua parte setentrional, devido às suas pequenas porções de repartições territoriais. Seus dois Termos, São João Del Rei e São José Del Rei, eram muito extensos e, por esse motivo, espaços de difícil controle por parte da Coroa. Em meados do século XVIII, o desmembramento sucessivo dessas terras desencadeou a divisão da região.

A Comarca do Serro do Frio, na parte setentrional, possuía uma característica singular: Termos de grandes extensões e poucos núcleos urbanos. Conhecida como zona dos diamantes (Diamantina), ainda apresentava ocupação lenta e terras pouco segmentadas. Novas descobertas de lavras vizinhas ao Rio Jequitinhonha, por volta do ano de 1727, serviram para impulsionar um crescimento em direção à região da atual Bahia, suscitando disputas de jurisdição e consequente apropriação de divisas. Aliás, essas disputas foram frequentes na realidade mineira e serviram de ponte para o estabelecimento de fronteiras internas e externas ao longo de sua formação territorial.

Quanto à parte meridional da Capitania, palco de diversas disputas com a Capitania de São Paulo, o espaço apresentava divisas mais definidas devido à barreira natural existente, imposta pelo relevo acentuado da Serra da Mantiqueira.

Perceptível, também, era a existência de uma importante malha de estradas que levava aos caminhos internos das Minas e, igualmente, às regiões atuais da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás. Essa imagem deixa clara a atuação de quatro linhas de força que impulsionaram a ocupação do território, quais sejam: uma linha proveniente das entradas de São Paulo, através da Serra da Mantiqueira; outra linha de força proveniente das entradas do Rio São Francisco em direção à Comarca do Serro Frio; mais uma linha irradiando das “Minas Gerais do Cataguás”, centro inicial de povoamento; e, por fim, a linha “Minas do Rio das Velhas”, que se desbravava ao longo do Caminho Novo em direção ao Rio de Janeiro. Em 1742, já se configurava como a Capitania mais populosa do Reino e, portanto, a que apresentava a mais densa ocupação territorial¹².

¹² Segundo Moura (2003), a conformação das divisas do espaço territorial mineiro foi assim explicado: A “fronteira com o Rio de Janeiro foi estabelecida em 1709, com a criação da Capitania de Minas e São Paulo; [...] a fronteira com São Paulo foi estabelecida em 1720; [...] a divisa com o Espírito Santo foi estabelecida em 1800 pelo príncipe Regente, Dom João VI. A divisa com a Bahia não era bem definida, mas, desde 1760, Minas Gerais passou a dominar a Região do Jequitinhonha para efeitos fiscais.

É essencial destacar a criação da Vila da Campanha na última década do século XVIII, situada na parte meridional da Capitania.

O século seguinte inaugurou uma maior diferenciação do desenho do mapa mineiro. Esse processo se deu de maneira gradual, com ritmos distintos nas regiões, impulsionado pelas atividades produtivas e pelos eixos comerciais estabelecidos após a decadência aurífera nas Minas. Ou seja, a organização espacial, antes orientada pelo ouro, sofreu rearranjos a partir do protagonismo de outras atividades econômicas e das rotas de comércio utilizadas para seu escoamento. Assim, um novo fluxo de expansão entra em cena, em direção às fazendas do Sul de Minas e para os vales dos Rios Paraíba e Paraibuna.

Assiste-se, portanto, no século XVIII, à instituição de novas Comarcas. Em certa medida desmembradas das quatro primeiras, recortam ainda mais o desenho do mapa mineiro. A primeira delas, na parte setentrional, a Comarca de Paracatu (1815), incorporou as extensões espaciais do famoso “nariz” de Minas, o Triângulo Mineiro, região antes pertencente à Capitania de Goiás. Ao final do período colonial, a capitania de Minas já apresentava uma ocupação territorial avançada e uma rede urbana fervilhante, braço propulsor de sua expansão.

Dessa forma, a imagem cartográfica de Minas Gerais se configura muito próxima aos contornos da atualidade. E esse percurso impressiona, já que, ao longo de pouco mais de um século, a região passa de um sertão inóspito, desconhecido, para um conjunto de áreas integradas e com articulação econômica muito significativa com outras localidades, agora do Império Brasileiro¹³. Parafraseando vários estudiosos, “Minas já nasce urbana”¹⁴, devido à intensa fundação de povoados desde o início da corrida do ouro, principalmente nos núcleos urbanos de mineração que apresentaram uma urbanização muito acelerada.

Assim, a nova conjuntura geográfica apoia-se na dinamização das atividades econômicas que, na primeira metade do século XIX, destinam-se ao mercado exportador, principalmente à praça do Rio de Janeiro. A produção agropecuária ganha destaque nesse momento, apesar de seu baixo nível de desenvolvimento técnico.

As regiões da Comarca de Paracatu e de São João Del Rei articulam-se nessa dinâmica econômica, sendo a primeira o espaço dedicado à criação de gado, com boas pastagens; e a segunda, o dos negociantes que comercializavam a produção com o Rio de Janeiro.

Mas, como afirmava o poeta, “Minas são muitas”, e não foi somente a agropecuária a atividade destacada no Dezenove. O espaço mineiro, nesse período, se caracteriza por contrastes, por uma realidade multifacetada, consequência da complexificação das relações econômicas e sociais que se estabeleceram. É possível observar unidades agrícolas - cana de açúcar, algodão, milho, entre outras - na região do Vale do São Francisco até a foz do

A Capitania limitava-se com Pernambuco a Noroeste até 1824 e com Goiás pelo Oeste até 1816, quando adquiriu o Triângulo Mineiro. Em 1857, o município de Minas Novas, que pertencia à Bahia, foi incorporado definitivamente à comarca do Serro, na Província de Minas Gerais e com ele todo o Vale do Jequitinhonha. O Triângulo Mineiro é desmembrado da Província de Goiás em 1816 e incorporado ao território de Minas Gerais.”

¹³ O século XIX inaugurou novos tempos de organização político-social na Capitania de Minas Gerais. O advento da Independência do Brasil, em fins de 1822, estabeleceu na jovem nação uma monarquia constitucional. A Constituição do Império, promulgada em 1824, definia a separação dos poderes em: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judicial e o Poder Moderador, de uso exclusivo do Imperador. Sendo assim, a nova organização previa a divisão territorial em Províncias, subdivididas em Comarcas - para o exercício exclusivo da justiça -, em municípios, paróquias e distritos.

¹⁴ Segundo Claudia Damasceno (2012), ao final do período colonial, a rede urbana compunha-se de centenas de arraiais, sendo 89 deles sedes de freguesias. Assim, a urbanização de Minas foi mais efetiva que em outras regiões.

Rio das Velhas; a extração aurífera, em porções menores do que anteriormente e agora dominada por investidores privados; uma siderurgia nascente, além de uma indústria têxtil doméstica e, a partir da segunda metade do século, o café.

A cultura cafeeira transformou completamente a paisagem de algumas regiões, como a Zona da Mata. Tornou-se atividade econômica protagonista nas regiões montanhosas mineiras, servindo de agente indutor do povoamento e do desenvolvimento da infraestrutura dos transportes. A prosperidade proporcionada pelo cultivo da rubiácea ensejou nas Minas um incipiente surto de industrialização - retomado no século XX - e contribuiu para a delimitação ainda mais profunda da regionalização de Minas Gerais. Ao longo do Dezenove, até o advento do período republicano, Minas presenciou a criação de mais 68 novas circunscrições judiciárias. Sob a nova Constituição republicana¹⁵ (1891), criam-se mais 27, sendo a última desse período, no ano de 1897, a Comarca de Belo Horizonte, a nova capital do estado.

No século XX, Minas vê ajustados, de maneira consolidada, seus limites e contornos. Impulsionados pela empresa siderúrgica, o estado experiencia algumas subdivisões internas. Um dos exemplos marcantes dessa indústria é a Companhia Vale do Rio Doce, que ocupou a região de Itabira e tornou-se símbolo da exploração mineratória do estado; antes denominada “chão de ouro”, agora transforma-se em “chão de ferro”. Assim, os espaços urbanos-industriais se fizeram presentes nas demarcações territoriais. Minas articulava-se entre a modernidade industrial e algumas ilhas de ruralidade e suas produções agrícolas.

*O maior trem do mundo
Puxado por cinco
locomotivas a óleo diesel
Engatadas geminadas desembestadas
Leva meu tempo, minha infância
minha vida
Triturada em 163 vagões de minério e destruição
O maior trem do mundo
Transporta a coisa mínima do mundo
Meu coração itabirano¹⁶*

Um dos últimos limites que ainda permaneciam em aberto encontrava-se na área fronteira entre Minas Gerais e o Espírito Santo, na região da Comarca de Mantena. O impasse foi motivo de conflito que só terminou após decisão do Supremo Tribunal Federal. A solução veio na década de 1960, marcada pela letra da lei que delimitou a região ao norte do Rio Doce.

Uma vez já delineadas as suas fronteiras, tratava-se então de ocupar o seu interior. Assim, entre os anos de 1915 e 1995, mais 196 comarcas foram criadas e distribuídas sem uma lógica de fluxo preponderante, uma vez que o estado já apresentava vigoroso desenvolvimento além de uma ativa ocupação em todas as suas regiões. As seguidas alterações formataram novas classificações, novas expansões e mudanças em suas nomenclaturas.

¹⁵ A partir da promulgação da segunda Carta Constitucional (1891), a primeira republicana, a divisão territorial do país alterava-se em estados, subdivididos em comarcas, municípios e distritos. Alterava-se também sua organização administrativa e judiciária, claramente mais uniforme e com um alcance nacional.

¹⁶ Poema “O maior trem do mundo”, de Carlos Drummond de Andrade, 1984.

Finalmente, no século XXI, observa-se uma estrutura judiciária mais complexa e ordenada. Com o mapa mineiro já consolidado, os avanços se dão agora na esfera de produtividade e efetividade do acesso à Justiça. As Comarcas Mineiras enfrentam o desafio de atuar com excelência no estado que possui a maior quantidade de municípios do Brasil, precisamente 853, segundo dados do IBGE. O aprimoramento do modelo de gestão das Comarcas e a ampliação de sua estrutura física, virtual, material e humana revelam-se como dois dos grandes desafios que se impõem ao Judiciário Mineiro e suas atuais 297 comarcas.

Considerações finais

O impulso do ouro promoveu, no intervalo de um século, uma acelerada transformação espacial, social e econômica. Produziu desenhos e redesenhos do território, influenciou na diversificação econômica da região e estabeleceu eixos de comércio importantes que passaram a se comunicar com outras localidades do território colonial. E desde esse início da demarcação territorial das Minas, as Comarcas serviram de norte, de orientação para o estabelecimento das fronteiras e para a administração. Para além da aplicação da Justiça, as Comarcas se tornaram as circunscrições mais importantes da Capitania, sendo referência até mesmo para os Governadores, maiores autoridades administrativas desses espaços.

Essas coordenadas resultaram na complexificação do traçado do mapa de Minas, iniciado no século XVIII e observado no século XIX, muito próximo à configuração que conhecemos atualmente. Ou seja, as bordas do mapa mineiro encontram-se praticamente consolidadas ainda na primeira metade do século XIX. O que se observa, posteriormente, é um emaranhar das articulações regionais orientadas pela diversificação das atividades econômicas, do espraiamento do contingente populacional, do arranjo de rotas comerciais e, logicamente, das dinâmicas políticas específicas que promoveram uma grande fragmentação interior do território.

Nesse sentido, as Comarcas exercem força singular na confecção do traçado do mapa de Minas, permanecendo como referências nas divisões espaciais mesmo quando das mudanças de regimes políticos e organização administrativa e política que o Brasil vivenciou ao longo dos séculos. Essa continuidade nos permite aferir a importância das Comarcas Mineiras para a história da formação territorial de Minas e, conseqüentemente, para a formação da história do Judiciário Mineiro.

Cronologia das comarcas de Minas Gerais

A cronologia apresentada logo a seguir refere-se à evolução judiciária do estado a partir de pesquisa histórica nas legislações oficiais que tratam do processo de formação do território mineiro, desde o seu período mais remoto, ou seja, século XVIII. A obra *Comarcas de Minas*, de autoria de Lúcio Urbano Silva Martins e Rosane Vianna Soares, organizada pela Memória do Judiciário Mineiro, serviu-nos de norte para tal compilação.

Convencionou-se adotar aqui a classificação baseada nos seguintes critérios: data da criação da Comarca, ordem alfabética, quando houver mais de uma criada na mesma data.

Cronologia comarcas de Minas Gerais		
Ordem	Comarcas	Criação Instalação Supressão
1	Ouro Preto (D.A.: Vila Rica)	1711
2	Rio das Velhas (D.P.: Santa Luzia do Rio das Velhas, Santa Luzia) ¹⁷	1711
3	São João del-Rei (D.A.: Rio das Mortes)	1711
4	Serro (D.A.: Serro do Frio, Rio Santo Antônio)	16.03.1720
5	Paracatu (D.A.: Rio Paracatu, Piracatu)	17.05.1815
6	São Francisco (D.A.: Rio São Francisco) ¹⁸	03.06.1820
7	Juiz de Fora (D.A.: Rio Paraibuna, Paraibuna)	30.06.1833
8	Lavras (D.A.: Rio Sapucaí, Sapucaí)	30.06.1833
9	Minas Novas (D.A.: Rio Jequitinhonha, Jequitinhonha)	30.06.1833
10	Campanha (D.A.: Rio Verde)	16.03.1839
11	Formiga (D.A.: Rio Grande)	16.03.1839
12	Itabira (D.A.: Pericicava, Piracicava, Rio Piracicaba, Piracicaba, Presidente Vargas)	23.03.1840
13	Prata (D.A.: Paraná)	23.03.1840 Inst: 18.09.1915 após restauração)
14	Muriae (D.A.: Pomba, Rio Pomba, São Paulo do Muriae)	22.04.1850
15	Pará de Minas (D.A.: Pará, Rio Pará)	22.04.1850 Inst: 11.10.1875 (após restauração)
16	Três Pontas	22.04.1850
17	Araxá (D.A.: Parnaíba, Paranaíba)	16.05.1855
18	Baependi	16.05.1855
19	Camanducaia (D.A.: Jaguarí, Rio Jaguarí)	16.05.1855
20	Pitangui (D.A.: Indaiá)	16.05.1855
21	Rio Novo (D.A.: Rio Pomba)	06.06.1858
22	Rio Pardo de Minas (D.A.: Rio Pardo)	06.06.1858
23	Montes Claros (D.A.: Jequitai)	14.11.1866
24	Sabará	14.11.1866
25	Estrela do Sul (D.A.: Bagagem, Rio Bagagem)	31.12.1867
26	Alfenas (D.A.: Jacuí, Rio Jacuí)	08.10.1870 Inst.: 01.01.1926 (após restauração)
27	Cabo Verde	08.10.1870
28	Curvelo (D.A.: Paraopeba, Rio Paraopeba)	08.10.1870
29	Mariana (D.A.: Piranga, Rio Piranga)	08.10.1870
30	Conselheiro Lafaiete (D.A.: Queluz)	15.07.1872
31	Itajubá	15.07.1872
32	Itapecerica	15.07.1872
33	Januária (D.A.: Itapiraçaba)	15.07.1872
34	Leopoldina	15.07.1872

¹⁷ Em se tratando da Comarca do Rio das Velhas observa-se que quando criada, sua sede situava-se na Vila de Sabará. Por isso, algumas legislações do período colonial apresentam a designação Comarca do Sabará. A partir do período imperial a legislação não mais a tratou como tal, referenciando Rio das Velhas. A partir da criação da Comarca de Sabará (1866), o município que nomeia a então Comarca foi Santa Luzia do Rio das Velhas.

¹⁸ Em se tratando da Comarca de São Francisco, a circunscrição foi desmembrada da do Sertão de Pernambuco, a partir de Alvará de 03.06.1820, e compreendia a Vila de São Francisco da Chagas, a de Pilão Arcado e as povoações do Campo Largo e Carinhonha. A Comarca, portanto, pertenceu por alguns anos à Província de Pernambuco, à da Bahia, até definitivamente pertencer a Minas Gerais, em 1833.

Cronologia comarcas de Minas Gerais		
Ordem	Comarcas	Criação Instalação Supressão
35	Patrocínio (D.A.: Rio Dourados)	15.07.1872 Inst.: 18.09.1915 após restauração)
36	Barbacena	15.11.1873
37	Diamantina	15.11.1873
38	Oliveira (D.A.: Rio Lambari, Lambari)	15.11.1873
39	Ponte Nova (D.A.: Rio Turvo)	15.11.1873
40	Araçuaí (D.A.: Rio Araçuaí)	23.12.1874
41	Caldas (D.A.: Parreiras)	24.12.1874
42	Conceição do Mato Dentro (D.A.: Rio Santo Antônio, Conceição do Serro, Conceição)	01.06.1876
43	Passos	01.06.1876
44	Itamarandiba (D.A.: São João Batista)	02.06.1876 Inst.:14.07.1929 (após a restauração)
45	Rio Preto	02.06.1876 Inst.: 01.12.1917 (após a restauração)
46	Ubá	02.06.1876
47	Uberaba (D.A.: Paraná, Rio Paraná)	02.06.1876
48	Cristina (D.A.: Passa Quatro)	01.07.1876 Inst.: 01.12.1917 (após a restauração)
49	Mar de Espanha	08.07.1876
50	Entre Rios de Minas (D.A.: Entre Rios, João Ribeiro)	19.10.1878
51	Patos de Minas (D.A.: Santo Antônio dos Patos, Patos, Guaratinga)	19.10.1878
52	Pouso Alto	19.10.1878 Sup.: 29.12.1970
53	Sete Lagoas	19.10.1878
54	Andrelândia (D.A.: Bom Jardim, Turvo)	09.11.1878
55	Santa Bárbara	12.11.1878
56	Aiuruoca (D.A.: Itatiaia)	08.10.1880
57	Abaeté	04.11.1880
58	Grão Mogol	04.11.1880 Inst.: 18.12.1978 (após a restauração)
59	Manhuaçu (D.A.: Rio Manhuaçu)	04.11.1880
60	Teófilo Otoni (D.A.: Filadélfia)	04.11.1880
61	Muzambinho	30.11.1880
62	Paraisópolis (D.A.: Paraíso, São José do Paraíso)	30.11.1880
63	Guanhães (D.A.: Rio Doce, São Miguel de Guanhães)	18.10.1883
64	Monte Alegre de Minas (D.A.: Monte Alegre, Toribaté)	18.10.1883 Inst.: 21.06.1890
65	Piumhi	18.10.1883 Inst.: 18.09.1915 (após a restauração)
66	Rio Carmo	18.10.1883 Sup.: 30.04.1884
67	Rio Pomba (D.A.: Pomba)	18.10.1883
68	Sacramento	31.08.1888
69	Lima Duarte	27.07.1889 Inst.: 01.01.1926 (após a restauração)
70	Ouro Fino	27.07.1889 Inst.: 09.09.1890
71	Piranga (D.A.: Pirapetinga)	27.07.1889 Inst.: 01.12.1917 após a restauração)
72	São Gonçalo do Sapucaí (D.A.: Santa Isabel)	27.07.1889 Inst.: 01.12.1917 (após a restauração)

Cronologia comarcas de Minas Gerais		
Ordem	Comarcas	Criação Instalação Supressão
73	Varginha	02.04.1890
74	Machado (D.A.: Santo Antônio do Machado)	10.05.1890 Inst.: 21.06.1890
75	Boa Esperança (D.A.: Sapucaí, Dores da Boa Esperança)	04.06.1890
76	Tiradentes	07.06.1890 Inst.: 29.06.1890 Sup.: 30.03.1938
77	Monte Azul (D.A.: Boa Vista do Tremedal, Tremedal)	09.06.1890 Inst.: 18.09.1915 após a restauração)
78	Além Paraíba (D.A.: Paraíba)	03.07.1890
79	Carangola	10.11.1890
80	Cataguases	10.11.1890
81	Santos Dumont (D.A.: Palmira)	10.11.1890
82	Viçosa	10.11.1890
83	Cambuí	13.11.1890
84	Cássia (D.A.: Santa Rita, Santa Rita de Cássia)	13.11.1890
85	Santa Rita do Sapucaí (D.A.: Santa Catarina)	13.11.1890
86	Monte Santo de Minas (D.A.: Monte Santo, Monsanto)	21.11.1890
87	Abre Campo	28.11.1890
88	Araguari	28.11.1890 Inst.: 01.12.1917 (após a restauração)
89	Ferros	28.11.1890
90	Santo Antônio do Monte (D.A.: Inhaúma)	28.11.1890
91	Bom Sucesso	07.01.1891 Inst.: 01.12.1917 (após a restauração)
92	Alto Rio Doce	13.11.1891
93	Alvinópolis	13.11.1891
94	Bambuí	13.11.1891 Inst.: 02.01.1927 (após a restauração)
95	Bocaiúva	13.11.1891 Inst.: 01.01.1926 (após a restauração)
96	Bonfim	13.11.1891
97	Caeté (D.A.: Vila Nova da Rainha)	13.11.1891
98	Campo Belo	13.11.1891
99	Caratinga	13.11.1891 Inst.: 01.12.1917 (após a restauração)
100	Carmo do Paranaíba (D.A.: Carmo do Parnaíba)	13.11.1891
101	Carmo do Rio Claro	13.11.1891
102	Dores do Indaiá (Indaiá)	13.11.1891
103	Frutal	13.11.1891
104	Jacuí	13.11.1891 Inst.: 20.01.1928
105	Monte Carmelo (D.A.: Carmo da Bagagem)	13.11.1891 Inst.: 07.09.1926 após a restauração)
106	Palma	13.11.1891
107	Peçanha	13.11.1891 Inst.: 18.09.1915 após a restauração)
108	Pouso Alegre	13.11.1891
109	Prados	13.11.1891
110	Salinas	13.11.1891
111	São Domingos do Prata	13.11.1891

Cronologia comarcas de Minas Gerais		
Ordem	Comarcas	Criação Instalação Supressão
112	São João Nepomuceno	13.11.1891
113	São Sebastião do Paraíso	13.11.1891
114	Três Corações (D.A.: Três Corações do Rio Verde)	13.11.1891
115	Uberlândia (D.A.: São Pedro de Uberabinha, Uberabinha)	13.11.1891
116	Visconde do Rio Branco (D.A.: Rio Branco, Paranhos)	13.11.1891
117	Belo Horizonte	15.09.1897
118	Aimorés	18.09.1915
119	Poços de Caldas	18.09.1915
120	Brazópolis (D.A.: Brasópolis)	24.01.1925 Inst.: 01.01.1926
121	Guaranésia	24.01.1925 Inst.: 04.12.1925
122	Guaxupé	24.01.1925 Inst.: 01.01.1926
123	Ipanema (D.A.: São José Pedro)	24.01.1925 Inst.: 01.01.1926
124	Itaúna	24.01.1925 Inst.: 18.10.1925
125	Ituiutaba	24.01.1925
126	Jequitinhonha	24.01.1925 Inst.: 01.01.1926
127	Lambari (D.A.: Águas Virtuosas)	24.01.1925 Inst.: 01.01.1926
128	Rio Casca	24.01.1925 Inst.: 01.01.1926
129	Andradas	29.07.1935 Inst.: 05.04.1936
130	Bicas	29.07.1935 Inst.: 15.04.1936
131	Bom Despacho	29.01.1935 Inst.: 15.04.1936
132	Carmo de Minas (D.A.: Silvestre Ferreira)	29.07.1935 Inst.: 08.12.1979 (após a restauração)
133	Conquista	29.07.1935 Inst.: 12.10.1936
134	Divinópolis	29.07.1935 Inst.: 03.05.1936
135	Elói Mendes	29.07.1935 Inst.: 02.04.1936
136	Jacutinga	29.07.1935 Inst.: 10.05.1936
137	Luz	29.07.1935 Inst.: 05.05.1936
138	Manhumirim	29.07.1935 Inst.: 05.04.1936
139	Mirai	29.07.1935 Inst.: 05.04.1936
140	Mutum (D.A.: São Manuel do Mutum)	29.07.1935 Inst.: 24.10.1936
141	Nepomuceno	29.07.1935 Inst.: 20.04.1936
142	Passa Quatro	29.07.1935 Inst.: 08.12.1975 (após a restauração)
143	Pedra Azul (D.A.: Fortaleza)	29.07.1935 Inst.: 21.04.1937
144	Pirapora	29.07.1935 Inst.: 15.04.1936
145	Raul Soares	29.07.1935 Inst.: 08.04.1936
146	São Gotardo	29.07.1935 Inst.: 02.04.1936
147	Tupaciaguara	29.07.1935 Inst.: 18.04.1936
148	Almenara (D.A.: Vigia)	17.12.1938
149	Betim	17.12.1938
150	Campos Gerais	17.12.1938
151	Governador Valadares	17.12.1938
152	Itabirito	17.12.1938
153	Itanhandu	17.12.1938
154	Nova Lima	17.12.1938
155	Paraguaçu	17.12.1938
156	Tarumirim	17.12.1938

Cronologia comarcas de Minas Gerais		
Ordem	Comarcas	Criação Instalação Supressão
157	Corinto	31.12.1943
158	Pedro Leopoldo	31.12.1943
159	Mantena	15.01.1946
160	Antônio Dias	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948 Sup.: 29.12.1970
161	Areado	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
162	Borda da Mata	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
163	Botelhos	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
164	Brasília de Minas (D.A.: Brasília)	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
165	Cambuquira	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
166	Campestre	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
167	Capelinha	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
168	Carandaí	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
169	Carlos Chagas	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
170	Caxambu	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
171	Claudio	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
172	Conselheiro Pena	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
173	Coração de Jesus	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
174	Coromandel	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
175	Esmeraldas	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
176	Espinosa	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
177	Eugenópolis	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
178	Extrema	14.07.1947 Inst.: 19.05.1979 (após a restauração)
179	Guapé	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
180	Guarani	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
181	Guarará	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948 Sup.: 29.12.1970
182	Ibiá	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
183	Ibiraci	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
184	Inhapim	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
185	Itamogi	14.07.1947 Inst.: 21.12.1991 (após a restauração)
186	João Pinheiro	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
187	Lagoa Dourada	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948 Sup.: 29.12.1970. Restaurada em 04.01.1988, mas não instalada.
188	Matias Barbosa	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
189	Mercês	14.07.1947 Inst.: 29.12.1989 (após a restauração)
190	Nova Era	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
191	Nova Resende	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
192	Passa Tempo	14.07.1947 Inst.: 31.07.1982 (após a restauração)
193	Pedralva	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
194	Perdões	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
195	Poço Fundo (D.A.: Gimirim)	14.07.1947 Inst.: 08.12.1975 (após a restauração)

Cronologia comarcas de Minas Gerais		
Ordem	Comarcas	Criação Instalação Supressão
196	Resende Costa	14.07.1947 Inst.: 08.12.1975 (após a restauração)
197	Resplendor	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
198	Sabinópolis	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
199	São João Evangelista	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
200	<i>São Tomás de Aquino</i>	<i>14.07.1947 Inst.: 15.11.1948 Sup.: 29.07.1970. Restaurada em 04.01.1988, mas não instalada.</i>
201	Silvianópolis	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
202	Tiros	14.07.1947 Inst.: 16.09.2002 (após a restauração)
203	Tombos	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
204	Virginópolis	14.07.1947 Inst.: 15.11.1948
205	Açucena	27.12.1948 Inst.: 16.04.1950
206	Águas Formosas	27.12.1948 Inst.: 16.07.1952
207	Arcos	27.12.1948 Inst.: 06.06.1950
208	Campina Verde	27.12.1948 Inst.: 12.03.1950
209	Candeias	27.12.1948 Inst.: 06.04.1991 (após a restauração)
210	Francisco Sá	27.12.1948
211	Itambacuri	27.12.1948 Inst.: 06.11.1949
212	Jacinto	27.12.1948 Inst.: 12.06.1954
213	Jequeri	27.12.1948 Inst.: 23.05.2003 (após a restauração)
214	Lajinha	27.12.1948 Inst.: 05.03.1950
215	Medina	27.12.1948 Inst.: 23.06.1951
216	Mesquita	27.12.1948 Inst.: 07.09.1950
217	Monte Sião	27.12.1948 Inst.: 08.12.1975 após a restauração)
218	Pompéu	27.12.1948 Inst.: 04.06.1950
219	Porteirinha	27.12.1948 Inst.: 24.09.1950
220	Rio Paranaíba	27.12.1948 Inst.: 24.09.1950
221	Santa Maria do Suaçuí	27.12.1948 Inst.: 23.12.1951
222	Senador Firmino	27.12.1948 Inst.: 03.09.1950
223	Alpinópolis	12.12.1953 Inst.: 27.02.1955
224	Barão de Cocais	12.12.1953 Inst.: 23.10.1955
225	Belo Vale	12.12.1953 Inst.: 13.09.1994 (após a restauração)
226	Brumadinho	12.12.1953 Inst.: 01.05.1955
227	Bueno Brandão	12.12.1953 Inst.: 20.10.1955
228	Buenópolis	12.12.1953 Inst.: 21.04.1955
229	Cachoeira de Minas	12.12.1953 Inst.: 01.12.1991 (após a restauração)
230	Canápolis	12.12.1953 Inst.: 19.03.1955
231	Carmo da Mata	12.12.1953 Inst.: 13.03.1955
232	Carmo do Cajuru	12.12.1953 Inst.: 25.01.1991 (após a restauração)
233	Conceição das Alagoas	12.12.1953 Inst.: 30.03.1955

Cronologia comarcas de Minas Gerais		
Ordem	Comarcas	Criação Instalação Supressão
234	Conceição do Rio Verde	12.12.1953 Inst.: 29.03.1955
235	Congonhas	12.12.1953 Inst.: 09.10.1955
236	Coronel Fabriciano	12.12.1953 Inst.: 03.04.1955
237	Divino	12.12.1953 Inst.: 18.04.1992 (após a restauração)
238	Dom Joaquim	12.12.1953 Inst.: 27.03.1955 Sup.: 29.12.1970
239	Dom Silvério	12.12.1953 Inst.: 26.12.1954 Sup.: 29.12.1970
240	Dores do Campo	12.12.1953 Inst.: 15.09.1955 Sup.: 29.12.1970
241	Ervália	12.12.1953 Inst.: 05.06.1955
242	Espera Feliz	12.12.1953 Inst.: 18.04.1992 (após a restauração)
243	Galileia	12.12.1953 Inst.: 09.02.1958
244	Iguatama	12.12.1953 Inst.: 30.05.1992 (após a restauração)
245	Itaguara	12.12.1953 Inst.: 20.06.1992 (após a restauração)
246	Itanhomi	12.12.1953 Inst.: 15.05.1955
247	Itumirim	12.12.1953 Inst.: 10.09.1994 (após a restauração)
248	Jaboticatubas	12.12.1953 Inst.: 20.01.1956
249	Janaúba	12.12.1953 Inst.: 15.11.1963
250	Malacacheta	12.12.1953 Inst.: 24.05.1959
251	Manga	12.12.1953 Inst.: 23.03.1958
252	Mateus Leme	12.12.1953 Inst.: 26.03.1955
253	Matozinhos	12.12.1953 Inst.: 19.06.1955
254	Miradouro	12.12.1953 Inst.: 15.11.1990 (após a restauração)
255	Monte Belo	12.12.1953 Inst.: 18.06.1992 (após a restauração)
256	Morada Nova de Minas	12.12.1953 Inst.: 02.04.1982 (após a restauração)
257	Nanuque	12.12.1953 Inst.: 23.02.1958
258	Natércia	12.12.1953 Inst.: 08.12.1975 (após a restauração)
259	Nova Ponte	12.12.1953 Inst.: 15.08.2005 (após a restauração)
260	Novo Cruzeiro	12.12.1953 Inst.: 26.10.1979 (após a restauração)
261	<i>Pains</i>	12.12.1953 Inst.: 04.04.1955 Sup.: 29.12.1970. Restaurada em 14.08.2008, mas não instalada.
262	Paraopeba	12.12.1953 Inst.: 08.12.1975 (após a restauração)
263	Presidente Olegário	12.12.1953 Inst.: 25.09.1955
264	Rio Espera	12.12.1953 Inst.: 22.05.1955 Sup.: 29.12.1970
265	Rio Piracicaba	12.12.1953 Inst.: 27.03.1955

Cronologia comarcas de Minas Gerais		
Ordem	Comarcas	Criação Instalação Supressão
266	Rio Vermelho	12.12.1953 Inst.: 24.11.1989 (após a restauração)
267	<i>Santa Maria de Itabira</i>	12.12.1953 Inst.: 16.03.1958 Sup.: 29.12.1970. Restaurada em 04.01.1988, mas não instalada.
268	São Gonçalo do Abaeté	12.12.1953 Inst.: 16.02.1958 Sup.: 29.12.1970. Restaurada em 04.01.1988, mas não instalada.
269	São João da Ponte	12.12.1953 Inst.: 03.07.1982 (após a restauração)
270	São Romão	12.12.1953 Inst.: 20.06.1986 (após a restauração)
271	São Roque de Minas (D.A.: Guia Lopes)	12.12.1953 Inst.: 19.04.1996 (após a restauração)
272	Teixeira	12.12.1953 Inst.: 07.09.1955
273	Unai	12.12.1953 Inst.: 07.08.1955
274	Contagem	29.12.1970 Inst.: 31.01.1972
275	Iturama	29.12.1970
276	São Lourenço	29.12.1970
277	Ipatinga	08.12.1975 Inst.: 02.12.1977
278	João Monlevade	08.12.1975 Inst.: 09.10.1979
279	Lagoa da Prata	08.12.1975 Inst.: 11.08.1977
280	Lagoa Santa	08.12.1975 Inst.: 14.10.1978
281	Taiobeiras	08.12.1975 Inst.: 29.09.1978
282	Ouro Branco	27.09.1978 Inst.: 11.02.1982
283	Arinos	04.01.1988 Inst.: 05.08.1994
284	Bonfinópolis de Minas	04.01.1988 Inst.: 26.05.2000
285	Buritiz	04.01.1988 Inst.: 05.08.1994
286	Capinópolis	04.01.1988 Inst.: 27.12.1992
287	<i>Coroaci</i>	04.01.1988 Inst.: Não Instalada.
288	Ibirité	04.01.1988
289	Itamonte	04.01.1988 Inst.: 20.06.1992
290	Itapagipe	04.01.1988 Inst.: 20.04.1991
291	Montalvânia	04.01.1988 Inst.: 20.03.1998
292	Nova Serrana	04.01.1988 Inst.: 09.03.1991
293	Perdizes	04.01.1988 Inst.: 18.12.1988
294	Pirapetinga	04.01.1988 Inst.: 14.11.1990
295	Pratápolis	04.01.1988 Inst.: 14.09.1990
296	Ribeirão das Neves	04.01.1988 Inst.: 04.08.1989
297	Santa Rita de Caldas	04.01.1988 Inst.: 19.02.1994
298	Santa Vitória	04.01.1988 Inst.: 25.06.1992
299	São João do Paraíso	04.01.1988 Inst.: 19.12.2009
300	Timóteo	04.01.1988 Inst.: 02.08.1996
301	Três Marias	04.01.1988 Inst.: 21.06.1992
302	Várzea da Palma	04.01.1988 Inst.: 08.05.1992
303	Vazante	04.01.1988 Inst.: 19.10.1990
304	Vespasiano	04.01.1988 Inst.: 29.12.1992
305	<i>Água Boa</i>	13.02.1995 Inst.: Não Instalada.

Cronologia comarcas de Minas Gerais		
Ordem	Comarcas	Criação Instalação Supressão
306	Barroso	13.02.1995 Inst.: 04.09.2002
307	<i>Bom Jesus do Galho</i>	13.02.1995 Inst.: Não Instalada.
308	Igarapé	13.02.1995 Inst.: 01.09.1998
309	<i>Itaobim</i>	13.02.1995 Inst.: Não Instalada.
310	Jaíba	13.02.1995 Inst.: 08.01.2020
311	<i>Mirabela</i>	13.02.1995 Inst.: Não Instalada.
312	<i>Padre Paraíso</i>	13.02.1995 Inst.: Não Instalada.
313	Turmalina	13.02.1995 Inst.: 15.08.2003
314	<i>Belo Oriente</i>	18.01.2001 Inst.: Não Instalada.
315	Campos Altos	18.01.2001 Inst.: 23.09.2002
316	Carmópolis de Minas	18.01.2001 Inst.: 25.07.2008
317	Cruzília	18.01.2001 Inst.: 12.08.2005
318	<i>Itabirinha (D.A.: Itabirinha de Mantena)</i>	18.01.2001 Inst.: Não Instalada.
319	<i>Joaíma</i>	18.01.2001 Inst.: Não Instalada.
320	Martinho Campos	18.01.2001 Inst.: 25.08.2005
321	<i>Mato Verde</i>	18.01.2001 Inst.: Não Instalada.
322	<i>Papagaios</i>	18.01.2001 Inst.: Não Instalada.
323	<i>Rubim</i>	18.01.2001 Inst.: Não Instalada.
324	<i>Santo Antônio do Amparo</i>	18.01.2001 Inst.: Não Instalada.
325	<i>São Gonçalo do Pará</i>	18.01.2001 Inst.: Não Instalada.
326	<i>Tocantins</i>	18.01.2001 Inst.: Não Instalada.
327	<i>Carneirinhos</i>	18.01.2001 Inst.: Não Instalada.
328	<i>Fronteira</i>	18.01.2001 Inst.: Não Instalada.
329	<i>Juatuba</i>	14.08.2008 Inst.: Não Instalada.

Legendas:

Comarca suprimida
Comarca criada, mas não instalada
D.A.: Denominação Anterior
D.P.: Denominação Posterior
Inst.: Instalação
Sup.: Supressão

Referências

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas: formação histórica*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. v. 3.

BASTOS, Suzana Quinet; BETARELLI JUNIOR, Admir Antônio; GOMES, Bruno Silva de Moraes; DINIZ, Jéssyka Aparecida de Souza. Evidências entre a qualidade das Bacias Hidrográficas e as características dos municípios de Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 56, n. 1, p. 143–162, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3Clti35>.

CARVALHO, Marília de Fátima Dutra de Ávila Carvalho. *Comarca do Rio da Mortes em Minas Gerais: expansão urbana, nos séculos XVIII e XIX*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709–1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

COSTA, Joaquim Ribeiro; RIBEIRO, Sylvio de Miranda. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial e administrativa*. 3. ed. Belo Horizonte: Edição própria, 2010.

COSTA, Everaldo Batista da; SCARLATO, Francisco Capuano. Notas sobre a formação de uma rede urbana de um “tempo lento” no período da mineração no Brasil Colônia. *Revista Acta Geográfica*, Boa Vista, v. 3, n. 5, jan./jun. 2009.

CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica - São João del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas D’El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2011.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 77–118, jan./jun. 2012.

FURTADO, Bernardo Alves. Evolução da divisão territorial de Minas Gerais: os limites municipais desde 1711. *Revista GEOGRAFIA*, Rio Claro, v. 32, n. 1, p. 199–213, jan./abr. 2007.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, v. 50, n. 100, p. 257–273, 2010.

MATA, Sérgio da. O espaço do poder. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 42, n. 2, p. 49–57, jul./dez. 2006.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. *Guia do Judiciário: uma questão de consulta*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2021. (atualizado em 2021). Disponível em: <https://bit.ly/2Zjw7Dc>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Memória do Judiciário Mineiro. *Comarcas de Minas*. Organizadores: Desembargador Lúcio Urbano Silva Martins e Rosane Vianna Soares. Coordenação: Andréa Vânessa da Costa Val. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2016. v. I.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Memória do Judiciário Mineiro. *Comarcas de Minas*. Organizadores: Desembargador Lúcio Urbano Silva Martins e Rosane Vianna Soares. Coordenação: Andréa Vânessa da Costa Val. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2016. v. II.

MACHADO, Maria Márcia Magela; RENGER, Friedrich Ewald. Os primórdios da ocupação de Minas Gerais em mapas. *Revista Brasileira de Cartografia*, Rio de Janeiro, v. 67, n. 4, p. 759–771, 2015.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. v. 1.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: a Província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. v. 2.

ROMEIRO, Adriana. As minas antes das minas: reflexões sobre os albos da história mineira. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 7–22, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3mneGed>. Acesso em: 25 ago. 2021.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

SALGADO, Ivone; PEREIRA, Renata Baesso. A formação da rede urbana como estratégia de definição da fronteira entre as Capitanias de Minas Gerais e de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Labor e Engenho*, Campinas, v. 11, n. 3, p. 218–241, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3vTO87q>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SCARATO, Luciane Cristine. *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade, e cotidiano (1733–1783)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2009.

SOARES, Josarlete Magalhães. Cartografia e ocupação do território: a Zona da Mata mineira no século XVIII e primeira metade do XIX. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, 2011.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geographica, physica e política da Capitania de Minas Gerais. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, v. 6, fasc. 2, p. 761–853, abr./jun. 1901. Disponível em: <https://bit.ly/2ZpYY92>. Acesso em: 25 ago. 2021.

WEHHING, Arno; WEHHING, Maria José. Centralização e afirmação da esfera pública no Brasil joanino: o papel da justiça. In: SILVEIRA, Marco Antônio; ANTUNES, Álvaro de Araújo (Org.). *Dimensões do poder em Minas (séculos XVIII e XIX)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 71–85.

Revisão: Maria Nice de Faria Fonseca

